



## GT 034. Estudos etnográficos no mundo dos psicoativos

Edward John Baptista das Neves MacRae (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a,  
Regina de Paula Medeiros (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) - Coordenador/a

Nos últimos anos, o campo do estudo do uso de substâncias psicoativas, até recentemente apanágio quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito, vem também se desenvolvendo de forma muito rápida na antropologia. A nova, mas não inédita, atenção dada aos seus aspectos culturais traz uma série de implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas. Destacam-se aí conflitos entre abordagens teóricas baseadas no interacionismo simbólico e as norteadas pela teoria ator-rede e as questões metodológicas relacionadas a uma maior ou menor participação nas práticas pesquisadas e na militância de diferentes movimentos sociais. Surgem diversas indagações. Pode/ deve o pesquisador usar substâncias psicoativas em campo junto com seus interlocutores? Qual o lugar da autoetnografia? Tampouco podem ser deixadas de fora questões éticas relacionadas ao estudo de populações com práticas ilícitas ou socialmente estigmatizadas. Que proteção se oferece aos sujeitos da pesquisa? E aos pesquisadores? Pensando nestas, propõe-se um grupo de trabalho para refletir sobre instrumentos metodológicos-éticos que possibilitam a compreensão dos contextos sociais onde pesquisadores investigam distintas práticas de uso de psicoativos, sejam eles lúdicos, espirituais ou terapêuticos possam trazer à discussão os vários dilemas encontrados em seus estudos.

### **Cultura cannábica, fluxo de pessoas e políticas nacionais de drogas: migração, residência e turismo cannábico de brasileiros em Montevidéu, Uruguai**

**Autoria:** Filipe Augusto Couto Barbosa

Este work busca iluminar o fenômeno que tem intensificado o fluxo de brasileiros para o Uruguai desde a legalização da cannabis neste país, cujo marco é a Lei nº 19.172 de 10 de dezembro de 2013. Desde então, a regulamentação avançou com decretos dispendo sobre a lei trabalhista, o uso industrial e medicinal de cannabis, e com a criação de órgãos e agências reguladoras, despertando o interesse de pesquisadores das leis e políticas de drogas pelo mundo. Este fenômeno despertou também o interesse de brasileiros e, nos últimos 5 anos, esteve acompanhado de uma intensificação da residência e do turismo destes no Uruguai. Para compreender de forma abrangente tal fenômeno e identificar os perfis desses brasileiros, realizei uma pesquisa exploratória em diferentes níveis e meios: documental, com os textos legislativos sobre drogas nos dois países; bibliográfico, em diálogo com os pesquisadores dedicados ao tema; empírico, com work de campo realizado em Montevidéu, entre 1º e 10 de dezembro de 2017, e na internet, com foco nas mídias sociais de brasileiros e canais importantes para a cultura cannábica regional, observadas desde setembro de 2017. No campo, optei por realizar uma "participação observante", assumindo a condição de brasileiro, estranhando e me familiarizando com o dia a dia na cidade, visitando locais emblemáticos, como o Museo del Cannabis e as grow shops e head shops (lojas de artigos de cultivo e consumo de cannabis, e da cultura cannábica em geral), e indo à Expocannabis Uruguai 2017, evento mais importante da indústria cannábica no país; onde ocorreram: conversas informais, coleta de materiais (objetos, informativos [flyers, revistas, livros...], fotografias e vídeos) e entrevistas com 20 brasileiros. Esta pesquisa exploratória mostrou uma diversidade de relações entre brasileiros, cultura cannábica e o Uruguai: de ativistas de coletivos pró cultura cannábica (como a Marcha da Maconha no Brasil) àqueles que se mudaram para o Uruguai no intuito de montar negócios cannábicos ou simplesmente para desfrutar de morar em um lugar onde não mais sofreriam repressão, de turistas bem informados e frequentes (que cogitam se mudar para o país) a turistas desinformados (que não conhecem a política de drogas uruguaia, que não prevê a compra de cannabis por



estrangeiros não residentes). Estes brasileiros criam redes que vão do mercado negro (com cannabis ilegal) ao mercado cinza (a partir da comercialização ilegal de cannabis legal entre amigos e conhecidos, advinda de produção própria ou de clubes, ou de cota individual retirada em ponto de venda do governo), do ?presente de amigo? (de um uruguaio ou brasileiro residente) à ?residência?, que dá acesso ao direito de comprar ou produzir e os inclui na comunidade cannábica de brasileiros no Uruguai.

[Trabalho completo](#)



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

